

Resumo: Após alguns “esclarecimentos preliminares”, o autor explica o motivo de a Campanha da Fraternidade abordar sempre um aspecto social da fé: este ano, a Segurança Pública. Partindo do texto-base, desenvolve o tema segundo o método ver-julgar-agir. No “ver”, entre outros aspectos, analisa o medo, que chega a gerar uma verdadeira indústria, com empresas encarregando-se de desenvolver sistemas de defesa. Após o “julgar”, à luz dos valores evangélicos, segue o “agir”, com uma série de propostas visando promover a cultura da paz, a qual, segundo Isaías, é “fruto da justiça” (Is 32,17).

Abstract: Initially, some preliminary considerations are being dealt with so as to emphasize the motives of CF 2009 about Public Safety in connection with the social aspect of Christian faith. Starting with the basic text, which is eager to apply the three-pronged pastoral method as regards to “see, judge, and act”. In respect to “see” the object focused upon and which receives special attention is the phenomenon of fear in society, giving rise to a branch of industry whereby sophisticated countermeasures of safety are supplied to the interested customers. As regards to “judge” in the light of the truths revealed in the Gospel, followed by an incentive to “act”, there are listed a series of proposals for a fruitful endeavor to further a culture of peace, which Isaiah defines as “fruit of justice” (Is 32:17).

Fraternidade e segurança pública¹

“A paz é fruto da justiça” (Is 32,17)

Márcio José Looz*

* O Autor, da diocese de Rio do Sul, SC, é aluno do 4º ano de Teologia e bacharelado do ITESC.

¹ Para saber mais sobre este assunto ler: CNBB. *Fraternidade e segurança pública* – Texto-base, 2009.



Esclarecimentos preliminares

Neste ano de 2009, fazendo a Campanha da Fraternidade ocupar-se coma segurança pública, a Igreja quer criar meios de difusão do Evangelho em meio à sociedade para somar forças na construção de uma cultura da paz, com base na justiça social.

No contexto atual está bem nítido o quadro de violência e injustiça. O setor jornalístico incessantemente retrata os fatos lamentáveis que acontecem a toda hora. Desse modo, a sociedade fica desestruturada e insegura, tornando as relações humanas insensíveis e complexas. De sua parte, a Igreja quer semear a esperança transformadora do Evangelho de Jesus a fim de tentar mudar esse quadro. Para que isso aconteça, todos são convidados à conversão, resultando na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Durante a quaresma, pretendemos assumir juntos, como povo de Deus, a busca pela paz e a justiça, com consciência e autenticidade de cristãos convictos. Tal compromisso interpela todas as dimensões da nossa vida, tanto a dimensão pessoal como a dimensão comunitária. Assim, a Campanha da Fraternidade ajuda a assumir e viver concretamente a Páscoa de Jesus na vida do povo, através das comunidades e grupos unidos em espírito quaresmal.

Introdução

A Campanha da Fraternidade-2009, como nos anos passados, quer unir em si aspectos e exigências do tipo “conversão, oração, jejum e doação”. Para isso, convoca todos os cristãos a uma maior percepção da presença de Cristo no pobre, no sofredor, no irmão que está à margem. Só assim o Evangelho de Jesus Cristo será vivido numa sociedade cada vez mais violenta e insegura, transformando-a. A busca de uma cultura de paz e de justiça social quer contribuir para o processo transformador que é o Reino de Deus. Em outras palavras, a Igreja quer proporcionar com grande força os três elementos que ajudam a desenvolver o espírito quaresmal: conversão, renovação interior e ação comunitária em preparação da Páscoa.



Os três elementos fundamentais da espiritualidade da quaresma são: a oração, o jejum e a esmola. Traduzindo-os, no primeiro elemento se manifesta a dimensão vertical, que chama a renovar a vida da Igreja. O segundo busca “transformar a sociedade” a partir de esforços específicos, empenhados à luz do projeto de Deus, levando à penitência e ao agradecimento. E o último quer “incentivar a prática de gestos concretos de fraternidade”, este ano, promovendo a vida e a segurança. O objetivo geral da CF 2009 visa, pois, debater sobre a segurança pública e contribuir para a promoção da cultura da paz na sociedade brasileira.

Dentro desse objetivo geral também são propostos objetivos específicos, para delimitar melhor a abrangência da Campanha. Assim, por exemplo, procurar desenvolver nas pessoas a capacidade de reconhecer a violência na sua realidade, denunciar crimes contra a ética, a economia e as gestões públicas, como a injustiça nos institutos de prisão especial, de foro privilegiado e de imunidade parlamentar para crimes comuns.

Além disso, também é objetivo específico fortalecer a ação educativa e evangelizadora, para somar forças na construção da cultura da paz, conscientizando sobre a negação dos direitos. Denunciar a predominância do modelo punitivo presente no sistema penal (expressão de mera vingança), para incorporar ações educativas, de tal modo que o infrator da lei possa realmente reintegrar-se à sociedade. Criar e articular redes sociais populares e políticas públicas visando superar a violência e suas causas, difundindo a cultura da paz.

Enfim, o texto-base da CF 2009 se utiliza do método **Ver, Julgar e Agir**, já de praxe nos documentos eclesiais da América Latina. O *Ver* se ocupará em apresentar a realidade como marco referencial (e será o que mais nos ocupará aqui). O *Julgar* anunciará os valores do Reino e suas decorrências éticas, constituindo-se no referencial teórico. E esses dois aspectos servirão de valores para iluminar os gestos concretos do *Agir*.



VER

O problema da falta de segurança pública, que se manifesta de diversas formas, concretamente, todos os dias, é uma preocupação gritante. Todas as pessoas querem segurança. Por isso, tal preocupação nos remete a pensar sobre a questão, buscando identificar suas dimensões e suas causas.

Ter segurança não é apenas um desejo, mas sim, um direito de todos. Seja para a preservação da ordem pública, seja para a integridade das pessoas e de seus bens, a segurança deve ser garantida.

Em se tratando de identidade nacional, em relação à violência, costuma-se dizer que o povo brasileiro é pacífico. Nossa sociedade vive, porém, marcada por conflitos, assassinatos, roubos, assaltos e outras formas de violência e insegurança. Onde estaria a origem de tal situação? Analisando a história do Brasil, a colonização inicial foi caracterizada pela imposição e a violência, atingindo os povos indígenas. E a questão da convivência conflitiva com os povos indígenas, marcada pelo desrespeito aos seus direitos humanos, se estende até nossos dias.

Os negros vieram para o Brasil na condição de escravos para garantir a mão-de-obra e o baixo custo produtivo do antigo sistema colonial. A CF 1988 já denunciava: “A escravatura se fez sempre através de violência física e de inúmeros mecanismos de controle e submissão, que visavam dominar o escravo por dentro, a ponto de fazê-lo aceitar sua situação passivamente. O castigo físico tinha, segundo se dizia, o objetivo ‘pedagógico’ de ‘corrigir e educar’, para o bom desempenho no trabalho escravo”.²

Assim, a história do Brasil carrega consigo a herança de um passado de conflitos e vive atualmente uma insegurança geral. Com novos rostos, expressa-se a violência urbana na matança de jovens pobres, geralmente nas periferias das cidades. As disputas entre grupos rivais envolvidos com tráfico de drogas, armas, e assaltos, são outras tantas formas de sangria. O trabalho escravo e semi-escravo, mesmo sendo considerado por lei um crime, continua até nossos dias. No Brasil, em

² CNBB. *Fraternidade e o negro* – Texto-base CF 1988, nº 44-46.



áreas rurais, a escravidão contemporânea se manifesta pela existência de uma chamada “dívida” que o trabalhador contrai com gastos de transporte até o local de trabalho, compra de alimentos e ferramentas de trabalho. Dívida que não pode ser paga com as míseras condições que o trabalho oferece. Caberia ao governo resolver esse problema, até agora, porém, não enfrentado adequadamente.

O crime de desrespeito aos direitos humanos não tem sido coibido nem recebeu punição adequada, mesmo nos casos em que houve violência física, tortura e homicídio. Para enfrentar essas diversas formas de manifestação de violência no Brasil é preciso romper as resistências sociais, que impedem que se aborde o problema como um fenômeno social. Além disso, não se pode deixar de mencionar especificamente a violência contra a mulher.

Além dessa retomada histórica, o conceito de insegurança está vinculado a uma série de outros conceitos. Trata-se da insegurança objetiva, no sentido de risco concreto, e da segurança subjetiva, onde o medo é de ser vitimizado, independente dos riscos concretos, até por pessoas das camadas mais altas, ou pelo próprio Estado. Assim, a CF 2009 está tocando numa questão que existe tanto na realidade objetiva como na realidade subjetiva das pessoas.

Segurança humana e segurança pública são necessidades para a manutenção da vida humana. Assim como alimentação, moradia, vestuário, estudo, lazer. Da mesma forma, na convivência entre as pessoas deve estar presente a busca do bem comum. Pois a comunidade humana produz bens, que garantem seu sustento através de critérios pré-estabelecidos como o trabalho remunerado. A participação de todos na distribuição dos bens deve ter como critério fundamental a justiça distributiva, pela qual seja a todos garantido o acesso a esses bens.

As relações humanas nem sempre são fáceis. São, na verdade, complexas, pois implicam todas as dimensões do existir humano (física, afetiva, psicológica, espiritual, social, política, econômica, cultural, religiosa). Cada pessoa tem seu modo de ser, pensar, agir, e isso repercute nas relações humanas. Tais fatores desembocam nas relações sociais que, em relação ao problema da segurança pública, são marcadas por



conflitos de interesses e, conseqüentemente, podem levar à discórdia e à violência.

Dentro das relações sociais está a dimensão social da existência humana. E no momento atual, a pós-modernidade pode ser caracterizada por uma crise existencial. Poucas pessoas entendem o que está acontecendo e, muito menos, quais os novos rumos que podem ser tomados. A vida das pessoas está afetada por problemas decorrentes da mencionada “pós-modernidade”. Mas essa crise existencial humana não deve ser confundida com o fim das utopias e da esperança. A valorização de experiências transformadoras rumo a uma sociedade nova permite que a sociedade atual se abra para o futuro. A solidariedade é outra palavra forte para esta nova sociedade.

A convivência humana tornou-se perigosa, pois o “outro” passou a significar ameaça à satisfação dos interesses individuais. Esses jogos de ameaças sociais dão origem aos conflitos. Esses podem ser entendidos, basicamente, como o confronto entre duas posições diferentes que buscam a conquista. Em si o conflito não é bom ou mau. Ele pode ser sadio quando se revela a necessidade de algo novo que supere contradições e visões distorcidas da realidade. São as posturas e atitudes que as pessoas tomam diante do conflito, que podem ter conseqüências desastrosas e gerar violência e insegurança social.

As origens do conflito estão nas diferenças inerentes à interioridade da pessoa, na hierarquia de valores que marca a vida desta ou daquela, e na não satisfação de necessidades pessoais e comunitárias. A partir desses elementos dá para elencar vários tipos de conflitos: pessoais, familiares e sociais. Esses conflitos podem se transformar em ações violentas, contra si mesmo, contra outra pessoa e contra um grupo.

O caminho para a superação de conflitos exige alguns elementos como a capacidade de diálogo, a identificação do real problema, a legitimidade de instâncias mediadoras, a delimitação do consenso e demanda, o compromisso com as decisões tomadas, o compromisso ético. Além disso, para prevenir conflitos violentos, é necessário que a paz comece a ser vivida como valor profundo no íntimo de cada pessoa. É nesse clima de concórdia e de respeito à justiça, que pode amadurecer a verdadeira cultura da paz.



A cultura da paz tem como pressupostos o respeito à vida e à dignidade, a promoção do consumo responsável e de um desenvolvimento econômico que preze o equilíbrio no uso dos recursos naturais do planeta, a participação das mulheres na vida social e o respeito aos valores democráticos.

O MEDO

Seja em situações reais, seja nas imaginárias, a questão do medo está presente nas pessoas de forma muito real. Sabe-se que o medo é um elemento importante para a preservação da vida humana, pois ele sempre se manifesta diante de situações de perigo, deixando a pessoa em estado de alerta, acionando seus recursos defensivos e ofensivos.

As causas do medo provêm de diferentes origens: a primeira é a origem natural (terremotos, tempestades, vulcões, animais violentos ou peçonhentos etc.). A segunda é sociocultural, decorrente da vivência humana (medo de problemas econômicos, fome, miséria, desemprego, falta de moradia, discriminação, racismo, criminalidade, abusos etc.). A terceira é de ordem religiosa (fanatismo, forças ocultas, poderes demoníacos, ausência de misericórdia, exclusão da instituição religiosa etc.).

Diante do medo, todo animal é potencialmente perigoso. O ser humano é um animal racional. A racionalidade exerce controle sobre a animalidade, porém esse controle não é absoluto. Logo, o medo pode ser gerador de violência. Essa violência, generalizada, desperta uma mega “indústria do medo”. Cada vez mais, em nosso meio, cresce a indústria que controla o medo humano.

A indústria do medo ganha espaço na medida em que as empresas que lidam com sistemas de defesa como alarmes, vigilância, escolta, monitoramento, blindagens, seguros, dentre outros, investem nesse tipo de serviço. Por outro lado, a indústria do medo garante emprego para muitas pessoas. Crescem os serviços particulares de segurança, paralelamente em relação ao crescimento da criminalidade, violência e insegurança.

Atrelado a isso, pode-se elaborar toda uma pirâmide da violência, relacionando com a corrupção e a injustiça social, mundo das drogas, tráfico humano, exploração sexual e outras. Por outro lado, os sinais



de esperança caminham em busca da tomada de consciência a respeito da dignidade humana e de seus direitos. Essa consciência vem fundamentando iniciativas solidárias e de transformação social. Quando tal consciência alia-se à fé, os avanços tornam-se maiores, como é o caso da ação pastoral da Igreja.

JULGAR

Na segunda parte do texto-base, a intenção é iluminar a realidade e mostrar os caminhos para que o Reino de Deus aconteça na história humana. A iluminação bíblica, só para citar, mostra no Antigo Testamento, a profunda confiança no Senhor, qualificando a segurança do povo da Aliança. O Antigo Testamento mostra que a única fonte de segurança é o próprio Deus, e todos aqueles que a colocam em outras fontes não podem conhecer a segurança verdadeira.

Observando atentamente o projeto amoroso de Deus, percebe-se que colocar a confiança em Deus significa descobrir que Ele criou o homem por amor e para o amor. Assim devem ser os relacionamentos humanos, a partir do princípio criativo: o amor. Pois confiança em Deus e comunhão com os irmãos conduzem à paz. A paz é conceito básico na bíblia. A palavra hebraica *Shalom* é saudação que comunica uma paz completa, resumo de tudo de bom que Deus quer oferecer quando faz aliança com seu povo. Para mencionar Isaías, as comunidades cristãs aprenderam a cantar: “*Como são belos os pés do mensageiro que anuncia a paz!*” (Is 52,7). Não é qualquer aliança que Deus fez com o povo de Israel, mas uma aliança de paz e para a paz.

“*A paz é fruto da justiça*” (Is 32, 17). Todo ato de injustiça e desamor é pecado e fonte de violência. Esta sempre aparece quando é negado à pessoa aquilo que lhe é de direito a partir de sua dignidade. A violência nega a ordem querida por Deus. Por isso, a grande chamada de atenção que o Antigo Testamento apresenta é que o ser humano foi criado para a comunhão com Deus e com os irmãos na vivência concreta do amor, e só a partir desse critério se pode ter segurança. Somente põe a confiança no Senhor aquele que faz a sua vontade.



Já no Evangelho, Jesus apresenta uma novidade no sermão da Montanha: quebrar a rede de ódio e vingança que existe na sociedade, porque violência gera mais violência. Jesus mostra que, para viver a justiça do Reino, deve-se pagar o mal com o bem, buscar não a vingança, mas a superação. Isso quer dizer que não se deve negar a presença do mal em meio à humanidade, mas sim, contestar as próprias atitudes diante desse mesmo mal e reconhecer que é o amor que faz a diferença e, sobretudo, Cristo é a fonte da reconciliação e da paz.

Nesse sentido, o exemplo de Paulo serve para toda a comunidade cristã atual: o amor renova o mundo. Através do trabalho missionário e da reflexão sobre o mistério de Cristo, Paulo levou para o mundo conhecido da época os fundamentos que garantiram comunidades novas, totalmente voltadas para os princípios pregados por Jesus.

Mas para isso, é necessário o empenho de todos, no dia a dia, para que essa paz aconteça. Isso exige que todos se tornem de Cristo, se empenhem no trabalho evangelizador e pratiquem a caridade. Por isso, a Igreja é a continuadora da missão de Jesus pelos caminhos da história. Isso quer dizer que todos, conduzidos pelo Espírito Santo, são enviados a evangelizar, tornando-se pregadores e construtores da paz. Assim, entende-se a importância do serviço, do servir, como exigência da evangelização inculturada a ser assumida por todos. Essa responsabilidade é colocada à frente de todos pela CF 2009.

AGIR

Os aspectos referentes à terceira parte do texto-base, sobre o agir, giram em torno dos seguintes pontos: compromisso de todos na luta contra as causas e fatores da insegurança; a violência na sua realidade próxima; ações educativas; romper com as visões belicistas de resolver os conflitos; a busca de um novo modelo penal; criação e articulação de redes sociais populares; a responsabilidade pessoal diante do problema da violência e da promoção da cultura da paz; denúncia; agir solidário; ações formativas e, ainda, outras ações que podem ser desenvolvidas.

Além desses pontos que são sugeridos no texto-base, surgiram novos olhares para o aspecto do agir, a partir do Seminário Regional em Preparação para a CF 2009. O evento aconteceu entre os dias 17 e 19



de outubro no Centro de Formação Católica, na Diocese de Lages e foi assessorado pelo Pe. Adalberto Vanzella, da CNBB.

Os novos olhares apareceram após estudo e aprofundamento do texto apresentado. A partir da reflexão, constatou-se que, para esta Campanha, é importante superar o critério de normalidade com o critério de aceitabilidade. A normalidade é um conceito inaceitável. Não existe padrão aceitável diante da morte. A concretização das ações é compromisso de todos. Que o Espírito Santo possa penetrar no coração de cada um para criar condições de promover uma cultura da paz, fundamentada na justiça social e iluminada pelo Evangelho e pelos valores cristãos.

Endereço do Autor:

ITESC – cx postal 5041

CEP 88040-970 Florianópolis, SC

Email: